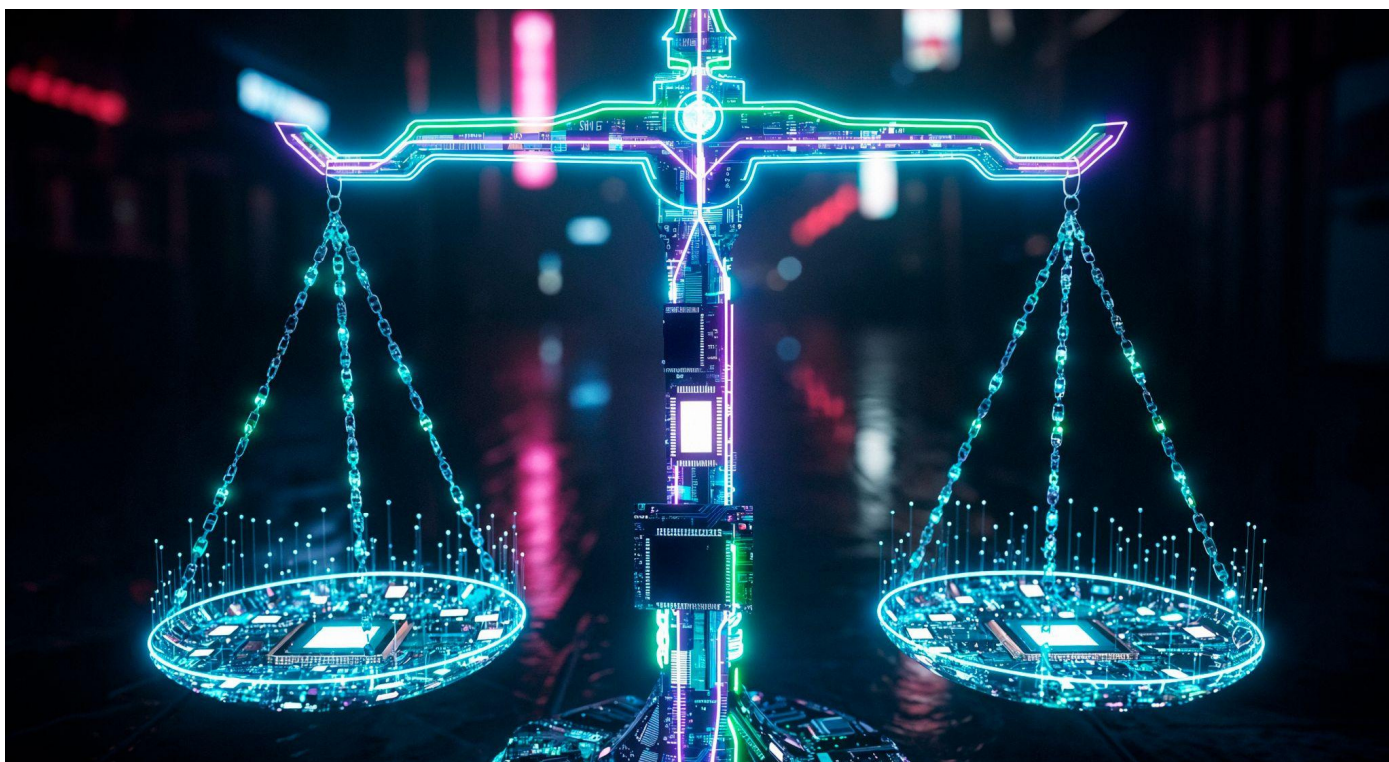


INFORMATIVO ESPECIAL

Inteligência Artificial e Poder Judiciário



fonte: <https://br.freepik.com/vetores/iaepoderjudiciario>

Porto Alegre, 2026

Organização e revisão: Equipe Biblioteca do Tribunal

Capa e projeto gráfico:

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)
Escola Judicial
Biblioteca do Tribunal
Av. Praia de Belas, 1432, Prédio III, 3º andar
90110-904 – Porto Alegre – RS

Contatos da Biblioteca: Fone: (51) 3255-2089, **e-mail:** biblioteca@trt4.jus.br

Sugestões são aceitas por e-mail.

Versão digital disponível no site do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região:

<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/EscolaJudicial/biblioteca/AcervoDigital>

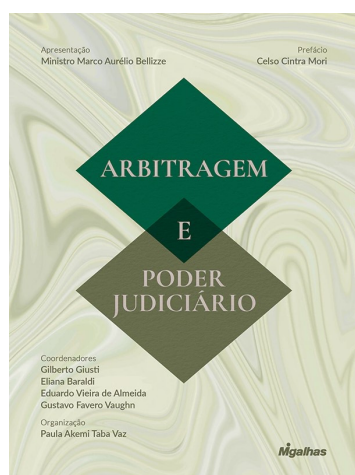
APRESENTAÇÃO

O objetivo desta publicação é disponibilizar fontes de informação que contribuam para a ampliação dos conhecimentos a respeito de temas atuais.

Para composição desta bibliografia, foram utilizadas as seguintes fontes de informação: Catálogo da Biblioteca do TRT4. A Bibliografia reúne documentos de doutrina sobre o tema em destaque. As ideias e opiniões expostas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem a opinião do TRT4.

Os textos de acesso restrito podem ser solicitados pelo e-mail biblioteca@trt4.jus.br.

DOCTRINA



Registro
Bibliográfico:

151540

GIUSTI, Gilberto *et al* (coord.); VAZ, Paula Akemi Taba (org.).
Arbitragem e poder judiciário. Ribeirão Preto: Migalhas, 2023.
1266 p. ISBN 9786586708356.

Resumo: Marcada pela amplitude e atualidade dos temas, a obra Arbitragem e Poder Judiciário - Estudos sobre a interação entre as jurisdições arbitral e estatal reúne renomados autores e conta com apresentação do Ministro Marco Aurélio Bellizze e prefácio do advogado Celso Cintra Mori. Único no mercado editorial, o trabalho, dividido em 24 capítulos, oferece ao leitor um estudo aprofundado da matéria sob diferentes perspectivas.

Na parte 24. Arbitragem e inteligência artificial: Inteligência artificial e processo arbitral / Carlos Alberto Carmona, Vitor Silveira Vieira.



Registro
Bibliográfico:

151554

COSTA, Antônio Célio Martins Timbó Costa. **Da nau à inteligência artificial: acidentes do trabalho na sociedade de risco.** Belo Horizonte: RTM, 2023. 425 p. ISBN 9786555091342.

Resumo: O livro aborda o contexto histórico da sociedade de risco e analisa o tema sob uma ótica multidisciplinar. Passa pelo tema do onipresente meio ambiente do trabalho, encampando a visão quadripartite ventilada pelo STF. Como o desafio ultrapassa as fronteiras nacionais, o autor demonstrou especial preocupação com as fontes normativas internacionais. Em seguida, a obra enfrenta o tema do acidente do trabalho em seus múltiplos aspectos, com especial destaque para o manancial normativo e jurisprudencial deste tema. O espírito inovador da obra mais uma vez é revelado pelo enfrentamento do tema da Covid-19 e o polêmico enquadramento dessa enfermidade como doença do trabalho. Por fim, a questão tormentosa da responsabilidade civil não foi esquecida pelo autor que se debruçou com percuciente análise sobre essa questão.

LUCAS CARINI
FAUSTO SANTOS DE MORAIS



Registro
Bibliográfico:

150171

CARINI, Lucas; MORAIS, Fausto Santos de. **A (des)regulamentação da inteligência artificial no poder judiciário brasileiro**. São Paulo: Dialética, 2023. 174 p. ISBN 9786525255958.

Resumo: Atribuir a uma máquina, dotada de um Sistema de Inteligência Artificial, a execução de funções e atribuições atreladas ao Poder Judiciário, que antes eram desempenhadas exclusivamente por humanos, sem a certeza da existência de regulamentação adequada, é uma situação fática que precisa ser estudada, o que representa a motivação para o desenvolvimento deste livro.



Registro
Bibliográfico:

150235

BARBOSA, Mafalda Miranda *et al* (coord.). **Direito digital e inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa**. Indaiatuba: Foco, 2021. 1107 p. ISBN 9786555152531.

Resumo: Os desafios desvelados pela introjeção dos algoritmos de Inteligência Artificial na sociedade já são sentidos transversalmente pela Ciência do Direito. Há impactos variados sobre todos os ramos jurídicos e desafios se apresentam aos operadores que, defrontados com questionamentos e inquietações sobre as consequências do implemento dessas novas tecnologias em variados contextos, são instados a solucionar problemas e trazer respostas. Com a preocupação de trazer luz a diversas das questões concernentes ao tema, surgiu o projeto de coordenação dessa obra, que reúne grandes pesquisadores de diversos países, cujas investigações vêm se dedicando a aspectos específicos das interfaces entre o Direito e a Inteligência Artificial.



Registro
Bibliográfico:

149859

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. 793 p. ISBN 9788553622351.

Resumo: O livro inova ao contemplar o estudo das mais diversas áreas do Direito envolvidas com a Internet e a Tecnologia da Informação e ao reunir, em um único volume, temas do direito material (proteção de dados, inteligência artificial, internet das coisas, WhatsApp e a criptografia ponto a ponto, urna eletrônica, propaganda eleitoral pela internet, novos meios de pagamento digitais, PIX, títulos de crédito eletrônico, moedas digitais e Bitcoin, espécies de assinatura digital e certificação eletrônica, liberdade de expressão, sigilo de dados e correspondência, privacidade, direito ao esquecimento, herança digital, monitoramento de e-mails, uso do celular no ambiente de trabalho, boas práticas digitais, responsabilidade civil, dano moral, compartilhamento de Wi-Fi, novos módulos do SPED, bancos, administradores de cartões de crédito, gestoras de pagamento, comparadores, buscadores, classificados, compra coletiva, vendedores, crimes, e-commerce, contratos, tributação, crimes e aumento de penas pelo uso da informática, entre outros) e aspectos do direito processual (processo eletrônico, penhora on-line, BacenJud, alienação judicial eletrônica, leilão on-line, videoconferência para depoimento de réu preso e testemunha e para sustentação oral, meios de prova, registro eletrônico de documentos, arbitragem eletrônica, conciliação e mediação virtual, ata notarial e perícia). Também inova ao examinar questões inéditas e modernas, de acordo com as normas mais atuais e pertinentes, como a propaganda eleitoral pela internet; o SPED, Sistema Público de Escrituração Digital, a nota fiscal eletrônica, o meio ambiente virtual e os jogos digitais, uso ético e seguro da tecnologia, o processo eletrônico e a perícia computacional. Certamente, trata-se de fonte de consulta indispensável para estudantes, profissionais e empresários.



Registro
Bibliográfico:

151225

COMÉRIO, Murilo Siqueira *et al* (org.). **Direito e tecnologia: um debate multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024. 290p. ISBN 9788551930397.

Resumo: A obra reúne diversos autores do Brasil, conectados com objetivo de promover um debate multidisciplinar sobre a revolução digital e impactos das novas tecnologias da informação no Direito e na sociedade, como a inteligência artificial e as plataformas digitais. A discussão apresenta os desafios enfrentados pelo Direito, sob a ótica do Estado Democrático de Direito e dos direitos fundamentais, e das novas demandas da sociedade. São dezenove artigos científicos que exploram as múltiplas aplicações das tecnologias da sociedade da informação e a necessidade de dar respostas rápidas às questões jurídicas e sociais urgentes. Todos os textos que formam a coletânea se relacionam com a era digital, comunicando-se com os mais diversos públicos e com os admiradores das novas questões do mundo contemporâneo.



Registro
Bibliográfico:

140494

SANTOS, José Eduardo Lourenço dos *et al* (org.). **Direito, novas tecnologias e controle social**. Curitiba: CRV, 2021. 236 p.: il. ISBN 9786525104560.

Resumo: Trata-se da continuação do livro editado no ano de 2019, ocasião em que artigos dos anos de 2018 e 2019 compuseram o livro, observando-se que anos antes já havia sido elaborado um primeiro livro onde a referida disciplina era chamada de "Novos Direitos, Novos Riscos e Controle Social".

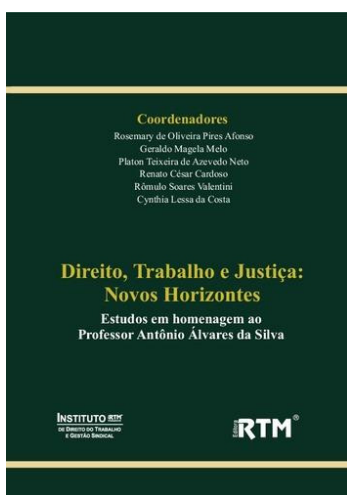


Registro
Bibliográfico:

151255

CARVALHO, Márcia Haydée Porto de *et al* (org.). **Direito, novas tecnologias e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2023. 244 p. ilustrações, gráficos. ISBN 9786525156286.

Resumo: O objetivo da presente obra é oferecer um conjunto de reflexões sobre o admirável mundo novo em que estamos vivendo e os impactos provocados na garantia dos direitos fundamentais, os quais ainda constituem uma barreira para o potencial inesgotável dos avanços tecnológicos, os quais, sem os cuidados necessários, podem tornar os seres humanos elementos secundários de toda uma nova dinâmica social, expressão que usamos na falta de uma outra que dê conta do atual movimento histórico criado pelo homem mas que possui grande potencial de subtraí-lo da condição de protagonista. Ora, caso os avanços tecnológicos não estejam a serviço dos seres humanos, por meio da criação de condições cada vez mais facilitadoras da libertação dos obstáculos ao desenvolvimento existencial com dignidade, tanto mais os exponenciais avanços tecnológicos serão opressores, expressados muito comumente pela obtenção sem controle de dados pessoais dos indivíduos, sem contar com as grandes transformações que acarretam no mercado de trabalho, eliminando da inclusão social milhares de pessoas que não conseguem acompanhar as rápidas mudanças em todas as esferas da engenharia social.

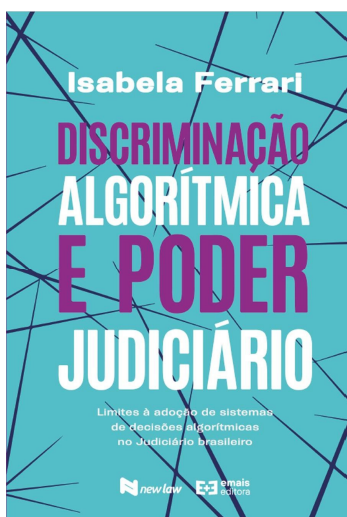


Registro
Bibliográfico:

141062

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires *et al* (coord.). **Direito, trabalho e justiça: novos horizontes: estudos em homenagem ao Professor Antônio Álvares da Silva.** Belo Horizonte: RTM, 2021. 323 p. ISBN 9786555090765.

Resumo: O homenageado desta obra, o célebre Professor Antônio Álvares da Silva, é figura proeminente na história da cultura juslaboral de nosso país. Pródigo em posições soberanas, ideias criativas e corajosas, projetos detalhados e teorias consistentes, ele sempre se mostrou incansável no aprimoramento do direito material e processual do trabalho, lançando mão de seus vastos conhecimentos de direito comparado e de filosofia do direito, este último saber que domina como poucos. Também emprestou sua inteligência e experiência de magistrado na busca do avanço institucional da Justiça do Trabalho, em criticismo construtivo, focado na realização da prestação jurisdicional célere e efetiva.

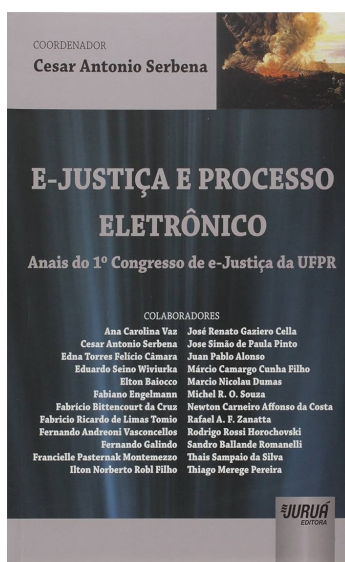


Registro
Bibliográfico:

148155

FERRARI, Isabela. **Discriminação algorítmica e poder judiciário: limites à adoção de sistemas de decisões algorítmicas no judiciário brasileiro.** Florianópolis, SC: Emais, 2023. 330 p. ISBN 9786585073417.

Resumo: A inteligência artificial possui dois problemas: opacidade e discriminação. Enquanto a primeira está sendo resolvida, a segunda desafia os reguladores. Apesar disso, ferramentas de inteligência artificial vêm sendo adotadas pelos poderes judiciários mundiais para lidar com a litigância. O Brasil se destaca pelo projeto CODEX, que cria a infraestrutura para a adoção de uma lógica decisional algorítmica, expandindo o uso desses sistemas. Diante de uma abordagem antidiscriminatória algorítmica tecnocêntrica, esta obra inova ao apresentar uma proposta de regulação jurídica para os sistemas de decisões algorítmicas (SDAs) adotados no poder judiciário brasileiro. Como adequar conceitos tradicionais à discriminação algorítmica? Qual a sua dinâmica e quais as suas portas de entrada nos sistemas decisórios? Qual o conteúdo jurídico da equidade algorítmica? Ao longo da obra, a autora responde a essas perguntas e descreve como quatro critérios – função, tarefa, natureza da decisão e tema – devem ser analisados em uma matriz de risco discriminatório algorítmico para classificar os SDAs aplicados e aplicáveis ao judiciário em sistemas de risco discriminatório baixo, médio, alto e proibido. Propõe, ainda, normatização própria para cada uma dessas categorias.

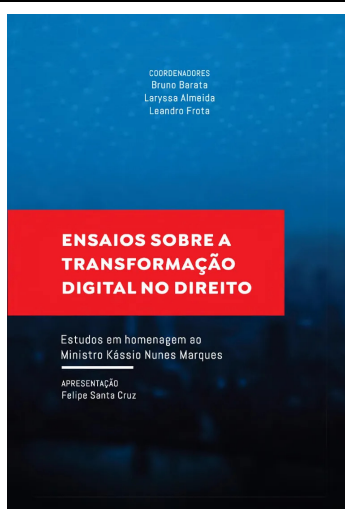


Registro
Bibliográfico:

113450

Congresso de e-Justiça (Justiça Eletrônica) da Universidade Federal do Paraná. **E- justiça e processo eletrônico: anais do 1º congresso de e-justiça da UFPR.** Curitiba: Juruá, 2013. 366 p. ISBN 9788536244327.

Resumo: Para pensar os novos desafios do emprego das Tecnologias de Informação (TIs) no Poder Judiciário, novas pesquisas devem ser produzidas e incentivadas. Os artigos que integram a presente obra certamente satisfarão o leitor interessado nos impactos da tecnologia na sociedade da informação e no Poder Judiciário do século XXI, com conhecimentos e informações atualizadas, contribuindo conjuntamente para o debate sobre um Judiciário mais moderno e transparente e uma sociedade mais democrática. São apresentadas a íntegra dos textos de palestras e de painéis, retratando o estado da arte da pesquisa em três grandes áreas: (a) Lógica Jurídica e Informática Judicial, (b) Processo Eletrônico e Processo Civil, e (c) Transparência do Poder Judiciário e Accountability. Todos estes temas são de escassa bibliografia, dada a sua novidade, ao mesmo tempo em que estão na agenda do Brasil e das democracias mais avançadas do mundo, ao debaterem publicamente a construção de um Poder Judiciário eficiente, que aproveita as novas tecnologias para o seu aprimoramento e para uma relação mais transparente com a sociedade que o financia. O leitor encontrará facilmente, no início de cada artigo, um resumo claro e objetivo acerca do seu conteúdo, juntamente com palavras-chave. Todos os autores são pesquisadores, magistrados, mestrandos, doutorandos, doutores e professores de programas de pós-graduação. Visando a qualidade científica da obra, todos os trabalhos foram selecionados a partir do conteúdo inovador apresentado e de um comitê científico específico.



Registro
Bibliográfico:

150309

BARATA, Bruno; ALMEIDA, Laryssa; FROTA, Leandro (coord.). **Ensaio sobre a transformação digital no direito: estudos em homenagem ao ministro Kássio Nunes Marques.** Brasília: OAB, 2021. xvi, 648 p. ISBN 9786558190165.

Resumo: Poder judiciário, inovação tecnológica, administração, doutrinas e controvérsias, Brasil. 2. Acesso à justiça, modernização, Brasil. 3. Processo eletrônico, utilização, resultado, Brasil. 4. Processo eletrônico, Brasil. 5. Serviço público, modernização, Brasil. I. Barata, Bruno, coord. II. Almeida, Laryssa, coord. III. Frota, Leandro, coord. IV. Nunes Marques, Kássio, 1972-. V. Conselho Nacional de Justiça (Brasil). VI. Título.



Registro
Bibliográfico:

140675

BRZOSTEK, Giovane; LEITE, Marcelo Ricardo. **Homologação de acordos extrajudiciais trabalhistas: HOTREX**. São Paulo: LTr, 2019. 115 p. ISBN 9788530100506.

Resumo: A reforma Trabalhista trouxe as maiores transformações para o mundo jurídico do trabalho desde a publicação da CLT, em 1943. Trata-se de uma nova realidade, que propicia o exercício de liberdades individuais e coletivas amplas aos sujeitos das relações de trabalho, deslocando-se, em muitos aspectos, o núcleo da regulação jurídica para as mãos dos próprios interessados, algo que antes era monopólio quase que exclusivo do Estado. Vivemos tempos de transformação, em que novos conceitos surgem a todo momento: indústria 4.0; inteligência artificial; internet das coisas; veículos autônomos; impressão 3D; e outras tantas manifestações da contemporânea Revolução Tecnológica. Tudo isso impacta diretamente nos atos empresariais e nas relações de trabalho, de modo que o Poder Judiciário não está imune a tal fluidez e dinamismo. É nesse contexto que se insere a transação extrajudicial trabalhista, instrumento célere, econômico e efetivo de pacificação social.



Registro
Bibliográfico:

151208

SALES, Ana Débora Rocha. **Inteligência artificial (IA) à luz da teoria da decisão: um estudo sobre a utilização da IA em decisões judiciais**. São Paulo: Dialética, 2023. 123 p. ISBN 9786525266015.

Resumo: Considerando o exponencial desenvolvimento da tecnologia, é evidente que o futuro chegou e as organizações necessitam se adequar a isso para se equivaler às imposições que as inovações apresentam e, assim, não fiquem atrasadas e/ou desatualizadas, pois a modernização modificou a sociedade numa celeridade incalculável, especificamente com a inserção da inteligência artificial. A expectativa é acelerar e desobstruir a fila dos processos judiciais, considerando que as máquinas de inteligência artificial podem efetuar funções com eficiência e agilidade superior. A dificuldade consiste na investida da implantação da inteligência artificial no método de tomada de decisão.



Registro
Bibliográfico:

150721

VIGLIAR, José Marcelo Menezes (coord.). **Inteligência artificial: aspectos jurídicos.** São Paulo: Almedina, 2023. 169 p. (Coleção de obras coletivas). ISBN 9786556279084.

Resumo: O livro objetiva destacar os aspectos positivos e polêmicos da inteligência artificial dentro do contexto das linhas de pesquisa que valorizam a preservação da dignidade da pessoa humana e demais direitos diante dos impactos das novas tecnologias sobre a sociedade. Os capítulos destacam a importância da inteligência artificial na segurança pública em aeroportos; na preservação do meio ambiente; na problematização dos riscos envolvidos em sua utilização no âmbito do Poder Judiciário; na assistência à saúde; na conformação das decisões judiciais e dos processos judiciais. Trata-se de importante contribuição para os debates acadêmicos e doutrinários que se iniciam no cenário jurídico brasileiro sobre a inteligência artificial.



Registro
Bibliográfico:

140456

PEIXOTO, Fabiano Hartmann; SILVA, Roberta Zumblick Martins da. **Inteligência artificial e direito.** Curitiba: Alteridade, 2019. 150 p. (Coleção direito, racionalidade e inteligência artificial ; v. 1). ISBN 9788565782432.

Resumo: O Primeiro volume da Coleção Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial, o livro busca apresentar um panorama geral e atual sobre as relações entre esses dois campos importantes de nossa sociedade contemporânea. Voltado ao público jurídico de uma forma geral, o livro examina os principais conceitos envolvidos e as mais diversas aplicações da inteligência artificial, machine learning, redes neurais, deep learning entre outras, em soluções e para o profissional do Direito. O desenvolvimento de seus capítulos espelha as interfaces que o grupo de pesquisa DR.IA mantém com centros de excelência em Inteligência Artificial e Direito nos EUA, Inglaterra, Alemanha e Áustria e a participação dos autores em associações internacionais de pesquisa em IA e Direito.



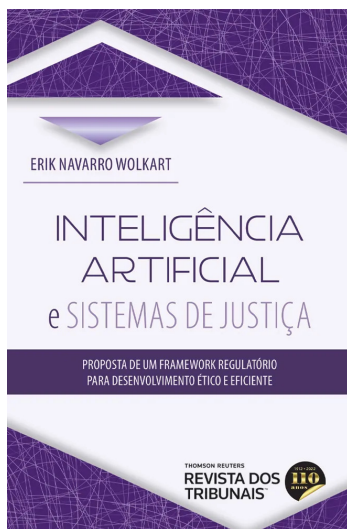
Registro
Bibliográfico:

140465

NUNES, Dierle José Coelho et al (org.). **Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual**. 3. ed, rev, atual. e ampl. São Paulo: JusPODIVM, 2022. 957 p. ISBN 9788544238103.

Resumo: A Pandemia da COVID-19 promoveu uma evidente aceleração na percepção da tecnologia no processo e no sistema de justiça. Tal situação, no entanto, nos convida a trilhar as benesses que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) podem trazer, mas sempre buscando aplicá-las com o intuito de melhoria da vida e da aplicação dos direitos dos cidadãos de nosso Estado Democrático de Direito com respeito ao código e autonomia do Direito. Fica o convite à leitura e à parceria acadêmica para descortinarmos criticamente as interações entre o Direito e a Tecnologia e suas potencialidades para o aprimoramento do direito processual democrático brasileiro. O leitor encontrará nos Capítulos QR Codes com palestras em áudio e vídeo sobre temas atinentes ao emprego da tecnologia no processo.

Dierle Nunes
Professor e Advogado.



Registro
Bibliográfico:

140463

WOLKART, Erik Navarro. **Inteligência artificial e sistemas de justiça: proposta de um framework regulatório para desenvolvimento ético e eficiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. 250 p. ISBN 9786559912995.

Resumo: Este livro, resultado de um trabalho maduro construído a várias mãos, é fruto de pesquisas e de diálogos que têm sido realizados há alguns anos entre Erik e renomados pesquisadores brasileiros e estrangeiros. No capítulo 1, é abordada a matriz teórica da Análise Econômica do Direito, calcada na estrutura filosófica da neurociência da moralidade. Definimos o conceito de eficiência a partir da função de bem-estar social (Social Welfare Function – SWF), agregando as utilidades dessa função em torno da ideia de confiança informada. No capítulo 2, é proposta uma estrutura para a regulação dos SAIs. Para tanto, a obra apresenta quatro pilares que sustentam a premissa da confiança informada. No capítulo 3, descortina-se o panorama do atual estágio de desenvolvimento da inteligência artificial, explicando seu potencial disruptivo para o sistema de justiça, entrando em discussão a substituição ou não de juízes por robôs. No capítulo 4, apresentamos um panorama do estágio atual dos SAIs no Poder. Por fim, o autor aborda a regulamentação hoje existente, cujos pilares são a Lei do Governo Digital (Lei n. 14.129/2021) e a Resolução n. 332/2020 do CNJ, que se somam a documentos adjacentes.



Registro
Bibliográfico:

137128

RODRIGUES, Bruno Alves. **A inteligência artificial no poder judiciário:** e a convergência com a consciência humana para a efetividade da justiça. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 310 p. ISBN 9786556149264.

Resumo: As reflexões sobre os impactos da tecnologia nas relações sociais, nas instituições e na atuação do Poder Judiciário, as balizas éticas que devem ser observadas no uso da inteligência artificial e os resultados que dela podem derivar fazem da obra uma fonte de aprendizado e de inspiração para todos que trabalham, no plano teórico ou prático, com a aplicação do direito, sem renunciar ao desejo de vê-la comprometida com a vida, os valores e os destinos humanos.



Registro
Bibliográfico:

152191

PORTO, Fábio Ribeiro. **Judiciário 4.0 e o impacto da tecnologia para o futuro:** o Judiciário como plataforma e a administração judiciária do século XXI. Curitiba: Juruá, 2024. 253 p. ISBN 9786526309360.

Resumo: Na era exponencial em que vivemos, a revolução digital remodela todas as esferas da vida, inclusive o Judiciário. O presente livro tem como objetivo principal identificar a possibilidade de entender o Judiciário como plataforma. É uma obra visionária que desbrava os horizontes do Direito na era digital, propondo uma transformação radical do sistema judiciário. Este livro não apenas explora a transição para um modelo totalmente digitalizado, mas também analisa profundamente as vantagens, desafios e riscos dessa metamorfose. Com uma narrativa envolvente, abordamos como a digitalização pode tornar a justiça mais acessível, ágil e integrada à vida dos cidadãos. A obra delineia um futuro onde o Poder Judiciário brasileiro se reinventa, adotando a tecnologia não como mera ferramenta, mas como eixo central na prestação jurisdicional. Desmaterialização, desterritorialização, desformalização e aplicação da inteligência artificial são alguns dos pilares discutidos, visando a uma justiça mais eficiente e humana. Propomos um Judiciário aberto, dinâmico e conectado, realçando a importância da participação social e da adaptação às novas realidades. Dessa forma, a obra é indispensável para profissionais do Direito, estudantes e todos aqueles interessados nas interseções entre tecnologia e justiça. Este livro é um convite para repensar o Judiciário, antecipando-se ao futuro para construir um sistema mais justo e acessível. Abraça a oportunidade de fazer parte dessa transformação e seja testemunha da reinvenção do sistema judiciário na era digital.



Registro
Bibliográfico:

140507

BRUCH, Tiago Bruno. **Judiciário brasileiro e inteligência artificial**. Curitiba: CRV, 2021. 193 p. ISBN 9786525105420.

Resumo: Há décadas que o sistema de Justiça do Brasil passa por uma crise de efetividade e morosidade, caracterizada pela incapacidade de se julgar os milhões de processos de modo adequado e em tempo razoável. Como resposta a essa crise, os tribunais têm desenvolvido e utilizado tecnologias da informação e comunicação (TICs) e, mais recentemente, inteligência artificial – IA. Já existem robôs e aplicações que sugerem decisões, verificam se um recurso contém os requisitos formais, apontam indícios de fraude, reúnem processos semelhantes e que fazem intimações e bloqueios bancários automaticamente. Em outros países, a IA é utilizada também em áreas sensíveis, como alocação de forças policiais, julgamento automatizado e cálculo da periculosidade de um acusado. Nesse diapasão, considerando a novidade e a complexidade do tema, o presente trabalho investiga o processo de implantação da inteligência artificial – IA pelo Poder Judiciário brasileiro, com o objetivo de analisar se esse processo está ocorrendo de forma ética, transparente e democrática.

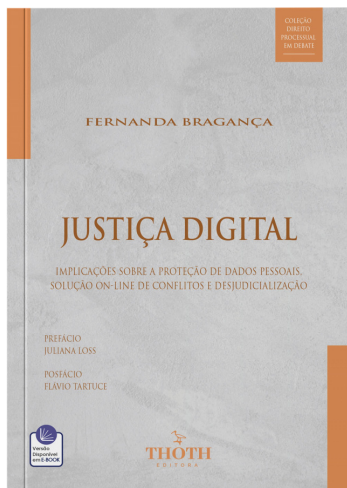


Registro
Bibliográfico:

140464

FUX, Luiz et al (coord.). **O judiciário do futuro: justiça 4.0 e o processo contemporâneo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. 558 p. ISBN 9786559911332.

Resumo: Obra escrita por notáveis juristas que se dedicaram ao estudo dos temas que impactam diretamente na eficiência e efetividade da prestação jurisdicional, e por consequência, no exercício da cidadania. Trata-se de coletânea inovadora estruturada em 4 (quatro) eixos, que se debruçam sobre: (i) a nova modelagem de justiça na era digital (a justiça 4.0). (II) os impactos processuais gerados por essas transformações tecnológicas no Poder Judiciário nacional; (iii) os desafios e as perspectivas para o futuro do sistema de justiça brasileiro, com ênfase para a resolução dos conflitos, gestão estratégica e ética judicial; (iv) as potencialidades e os limites para a implementação de tecnologias de inteligência artificial na justiça 4.0 brasileira

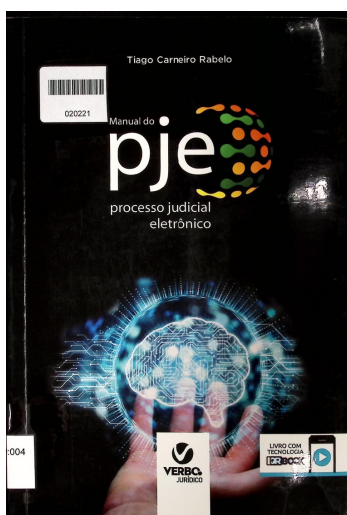


Registro
Bibliográfico:

141283

BRAGANÇA, Fernanda. **Justiça digital**: implicações sobre a proteção de dados pessoais, solução on-line de conflitos e desjudicialização. Londrina: Thoth, 2021. 396 p. (Coleção direito processual em debate). ISBN 9786559591923.

Resumo: A dinâmica da sociedade atual é marcada por uma maior celeridade e facilidade de acesso às pessoas e instituições graças à tecnologia. Essa ferramenta proporciona vantagens e gera desafios igualmente relevantes e foi incorporada no sistema de justiça, o que gerou alguns impactos consideráveis. Essa obra trata sobre a justiça digital com o objetivo de aprofundar sobre as seguintes questões: (i) Como o sistema de justiça evoluiu tecnologicamente ao longo do tempo? (ii) Quais os principais dilemas relacionados à publicidade e à proteção de dados pessoais na Justiça digital? (iii) A justiça digital é desumanizada? (iv) Quais os principais desafios da implementação de um modelo de justiça baseado em análises preditivas? (v) Quais foram as experiências pioneiras de tribunais digitais no mundo? (vi) Como a pandemia impactou na digitalização dos tribunais? (vii) Qual a repercussão da digitalização do Judiciário no processo? (viii) Qual a relação entre a modernização tecnológica direcionada ao tratamento dos conflitos e a desjudicialização? O livro aborda pontos fundamentais relacionados ao Direito digital que repercutem diretamente no cotidiano de todos os juristas.



Registro
Bibliográfico:

137853

RABELO, Tiago Carneiro. **Manual do processo judicial eletrônico**: teoria, prática e exercícios sobre o processo judicial eletrônico. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2019. 296 p. ISBN 9788559480153.

Resumo: Teoria, prática e exercícios sobre o Processo Judicial Eletrônico. Orientações acerca do Sistema PJe 2.0 - CNJ. Inteligência artificial: é legal?.

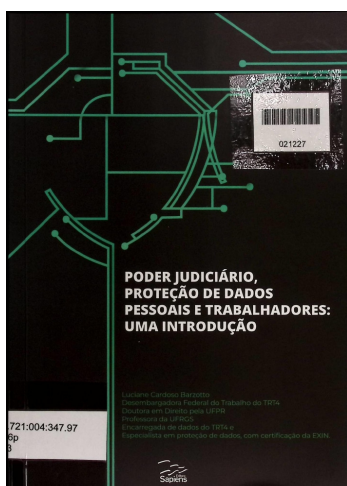


Registro
Bibliográfico:

137539

PEREIRA, João Sérgio dos Santos Soares. **A padronização decisória na era da inteligência artificial:** uma possível leitura hermenêutica e da autonomia do direito. Belo Horizonte: Casa do direito, 2021. 486 p (Direito processual na ordem constitucional). ISBN 9786559320547.

Resumo: Vivemos no modo on life digital, hiperconectados. A tecnologia está em tudo. Está em nós. A presente obra investiga em que medida o mundo virtual, caracterizado por técnicas de Inteligência Artificial, impacta o âmbito da processualística constitucional democrática que somos obrigados, normativamente, a seguir, principalmente sob o âmbito dos padrões decisórios, estes últimos vistos como aposta de eficiência processual e mitigação de incertezas interpretativas judiciais, na contemporaneidade tecnológica. Seria possível, sob uma perspectiva hermenêutica fenomenológica e da autonomia do Direito, utilizarmos das novas tecnologias como auxílio ao regime de padrões decisórios, potencializando a atividade humana, sem perder de vista o alcance do devido processo legal, em sua perspectiva substancial do contraditório dinâmico e ampliado? Compete ao ser humano traçar parâmetros e limites adequados para a utilização da Inteligência Artificial, deveres que este estudo busca debater e refletir.



Registro
Bibliográfico:

147238

BARZOTTO, Luciane Cardoso. **Poder judiciário, proteção de dados pessoais e trabalhadores:** uma introdução. Porto Alegre: Sapiens, 2023. 178 p. ISBN 9786500782837.

Resumo: Estudar LGPD é fascinante porque relemos grandes temas da atualidade sobre esta perspectiva de uma lei geral e transversal que abrange todas as esferas. O presente estudo é básico. Serve para o leitor se interessar pelo tema. O assunto conecta a atividade judicial no novo momento de proteção de dados e em especial, envolve inteligência artificial, ética, trabalho e proteção ao trabalhador. Como uma visão do judiciário laboral e das relações de trabalho são lentes do presente estudo.



Registro
Bibliográfico:

141278

IWAKURA, Cristiane; BORGES, Fernanda Gomes e Souza; BRANDIS, Juliano Oliveira (org.). **Processo e tecnologia:** justiça digital, inteligência artificial, resolução consensual de conflitos, gestão estratégica e governo digital, legal design. Londrina: Thoth, 2022. 649 p. ISBN 9786559592296.

Resumo: A obra *Processo e Tecnologia* conta com a participação de 53 juristas nacionais e estrangeiros especializados na área de Direito Processual e Novas Tecnologias aplicadas ao Direito. São 32 artigos no total, organizados em seis partes: 1) Justiça Digital; 2) Inteligência Artificial; 3) Tecnologia e Resolução Consensual de Conflitos; 4) Tecnologia, Gestão Estratégica e Governo Digital; 5) Legal Design; e 6) Processo e Tecnologia: Experiências Estrangeiras. O livro traz uma abordagem teórica e empírica sobre as principais modificações inseridas no cenário processual com a introdução das novas tecnologias, movimento que se intensificou ao longo da pandemia COVID-19. O objetivo desta obra é trazer ao leitor um amplo conhecimento sobre a transformação digital no mundo jurídico, possibilitando não apenas o registro histórico de todas as novidades legislativas, mas também uma verdadeira atualização do operador do Direito sobre as novas ferramentas e inovações, acompanhada de valiosas reflexões trazidas pelos seus autores.

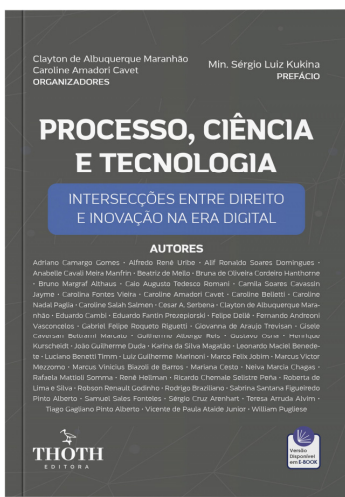


Registro
Bibliográfico:

150848

RABELO, Tiago Carneiro. **Processo judicial eletrônico & direito digital.** São Paulo: Rideel, 2023. 306 p. ISBN 9786557388891.

Resumo: Dividido em dois grandes temas, quais sejam: o Processo Judicial eletrônico e o Direito Digital, o livro aborda temas essenciais ao processo na teoria e na prática, tais como: evolução histórica, conceito e autonomia dos princípios peculiares ao processo eletrônico; fontes do Direito Digital, aplicação das normas e resoluções tecnológicas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça; e novos formatos de atuação do serviço judiciário – Juízo 100% digital, Balcão Virtual, Núcleo de Justiça 4.0 e audiências virtuais –, que formam uma verdadeira jurisdição digital, complementada pelos conceitos da 4ª Revolução Industrial, da Agenda 2030, da Estratégia de Tecnologia da Informação e Cibersegurança e das aplicações da Inteligência Artificial no apoio à tramitação processual. O autor ainda demonstra ao leitor e aos estudantes um rol de todos os exercícios aplicados em concursos públicos sobre os temas exarados na presente obra, com o fito de apresentar aos profissionais do Direito esse ecossistema digital, o qual viabiliza o melhor desenvolvimento e uso da informática pela justiça brasileira – um processo que está recém iniciando e tem o potencial de qualificar o serviço prestado à sociedade. Para fazer frente a tais ponderações, convido ao leitor se servir das iniciativas práticas já existentes no Brasil, sobretudo, por meio dos atos normativos publicados pelo Conselho Nacional de Justiça e na apresentação dos novos serviços judiciários, as quais ensejam ferramentas inovadoras para aumentar o desempenho e a eficiência do Poder Judiciário e considerando o avanço de novas soluções de tecnológicas nos Tribunais.

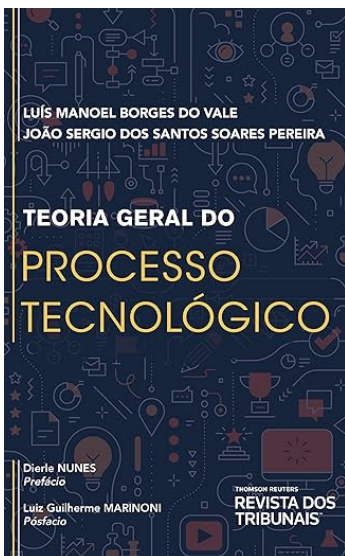


Registro
Bibliográfico:

151607

CAVET, Caroline Amadori; MARANHÃO, Clayton de Albuquerque (org.). **Processo, ciência e tecnologia: interseções entre direito e inovação na era digital.** Londrina: Thoth, 2024. 783 p. ISBN 9786559596898.

Resumo: A obra “Processo, Ciência e Tecnologia: interseções entre direito e inovação na era digital” é uma coletânea de 38 estudos que exploram a interseção entre a ciência, o processo jurídico e a tecnologia. Organizada em três eixos principais, enfrentam-se temas cruciais relacionados à modernidade digital e à sua influência no campo jurídico. Em sua primeira seção, os temas versam sobre a “Ciência e Processo”, explorando-se questões atuais que facilitam a compreensão de terminologias e complexidades técnicas, fornecendo insights sobre como esses conceitos se relacionam com o processo civil. Na segunda seção, aborda-se a “Tecnologia e Processo”, em que os autores concentram-se em temáticas de como a tecnologia está repercutindo no processo. Os tópicos incluem a digitalização de processos judiciais, o uso de inteligência artificial e algoritmos na resolução de litígios, bem como a ética em torno do emprego dessas tecnologias. A última seção tem como norte a “Ciência e Tecnologia”, na qual os autores exploram as interconexões entre a ciência e a tecnologia no contexto jurídico, fornecendo uma visão mais ampla das implicações e dos desafios que essas áreas apresentam para o direito. A obra enfatiza a importância de os profissionais do direito estarem atualizados sobre o mundo digital, dado o rápido progresso tecnológico.



Registro
Bibliográfico:

147954

VALE, Luís Manoel Borges do; PEREIRA, João Sérgio dos Santos Soares. **Teoria Geral do Processo Tecnológico.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. 190 p. ISBN 9786526003961.

Resumo: As tecnologias disruptivas (inteligência artificial, internet das coisas, blockchain, dentre outras) promoveram um verdadeiro processo de refundação dos institutos processuais clássicos, de tal sorte que se faz necessário propor uma nova teoria geral, que tenha a capacidade de explicar a arquitetura jurídica hoje em operação. Desse modo, as normas processuais fundamentais, os critérios de delimitação de competência, o negócio jurídico processual, as questões probatórias, os precedentes judiciais, a teoria da decisão judicial, além de diversos outros temas serão objeto de releitura nesta obra, a partir dos influxos da virada tecnológica. É a primeira do mercado a se dedicar integralmente, a uma proposta de construção da “Teoria Geral do Processo Tecnológico”. Analisa-se todo o conjunto normativo pertinente ao uso de novas tecnologias no Processo. São abordadas as decisões dos tribunais alusivas à virada tecnológica e, conseqüentemente, à nova forma de atuação do Poder Judiciário. Há interlocução com o direito estrangeiro, com vistas a possibilitar um estudo aprofundado das novas bases teóricas do direito processual. São explicadas, com a clareza necessária, as bases da inteligência artificial, da internet das coisas, da tecnologia blockchain e do metaverso.

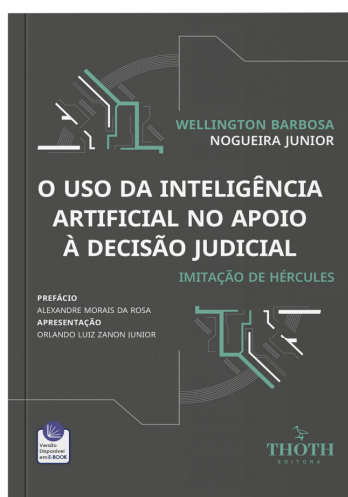


Registro
Bibliográfico:

150716

CUNHA, Maria Mercedes Filártiga. **O uso da inteligência artificial:** para o aprimoramento do acesso à justiça. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2024. 136 p. ISBN 9786555897470.

Resumo: O livro explora como a Inteligência Artificial (IA) pode ser aplicada para otimizar e facilitar o acesso à justiça. A obra discute a integração da IA no sistema jurídico, as transformações que ela pode trazer para o processo judicial e para a prestação de serviços jurídicos, e a importância da adaptação e renovação do Direito diante das novas tecnologias.



Registro
Bibliográfico:

150847

NOGUEIRA JUNIOR, Wellington Barbosa. **O uso da inteligência artificial no apoio à decisão judicial: imitação de Hércules.** Londrina: PR: Thoth, 2024. 268 p. ISBN 9786559597383.

Resumo: No intrincado universo da justiça, surge uma questão revolucionária: Pode a Inteligência Artificial (IA) verdadeiramente contribuir para a estabilidade, coerência e integridade das decisões judiciais? Em "Imitação de Hércules: O Uso da Inteligência Artificial no Apoio à Decisão Judicial", mergulhe numa investigação metódica que desvende o potencial transformador da IA no âmbito jurídico. No primeiro capítulo, explora o papel vital do processo argumentativo na tomada de decisões judiciais, desentranhando os desafios enfrentados pelos julgadores humanos. Descubra como a prática interpretativa do direito, guiada pela busca da melhor resposta possível, é essencial para a integridade do sistema jurídico. Dworkin e a metáfora do Juiz Hércules iluminam esse caminho desafiador, revelando a influência de fatores psicológicos, como heurísticas e vieses cognitivos, nas decisões judiciais. No segundo capítulo, adentre o cenário brasileiro, onde a IA se insinua no sistema judiciário em busca de eficiência e qualidade. "Imitação de Hércules" apresenta o Programa Justiça 4.0 como uma iniciativa que equilibra a intervenção humana e algoritmos, proporcionando um novo paradigma na decisão judicial. Explore os diversos modelos de IA que identificam processos similares e extraem informações cruciais para decisões informadas. O terceiro capítulo desvende a aplicação prática da IA no apoio à decisão judicial e na gestão de casos, promovendo a agilização de processos jurídicos. A automação na classificação de processos e geração de minutas em casos repetitivos e massificados revela-se uma ferramenta poderosa para a eficiência e sustentabilidade do Poder Judiciário. A obra mergulha nos benefícios, desafios e estratégias para mitigar riscos na implementação da IA, incluindo métricas de equidade, governança de algoritmos e inteligência artificial explicável. Em última análise, "Imitação de Hércules" destaca a contribuição da IA para a construção de um Judiciário sustentável, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas. A corroborativa, essa colaboração visionária entre humanos e máquinas, emerge como um campo promissor, promovendo a adaptação do modelo de IA ao especialista humano e aprimorando a excelência na tomada de decisões. "Imitação de Hércules" é mais que um livro; é um convite para desbravar o futuro da justiça.